

10/2018

ORDINÁRIA

No dia 02 de abril de 2018, às 18 horas e 30 minutos estiveram nas dependências da Câmara Municipal os seguintes vereadores: ALEF ASSOLINI, ARI O. BATTISTI, DENIR GEDOZ, ENIO GROLI, EVERSON KIRCH, FABIO DOLZAN, LUCIANO BARONI, LUCILENE MARCHI, MARIA ROSALIA FREITAG COUSSEAU, MATEUS CHIES GUERRA E VALMOR DA ROCHA. A Presidente Maria Rosalia Freitag Cousseau declarou aberto os trabalhos da presente sessão com a execução do Hino Nacional Brasileiro. A Presidente Maria Rosalia Freitag Cousseau solicitou um minuto de silêncio tendo em vista o falecimento do Senhor Jamil Koff, Ex Vereador e Ex Presidente da Câmara de Vereadores. **Of.CM nº 49/2018** – Manifestação Secretário de Segurança e Trânsito Grandemelo Rodrigues dos Santos. **Correspondência Eletrônica** – Manifestação Gerente de Relacionamento com o Poder Público RGE – Rafael Dalla Brida. Vereador **Enio Grolli (Requerente)**: Agradece ao Rafael e Grandemelo que aceitaram estar presentes na sessão para responder a questionamentos para que a população possa saber de quem é a competência para determinadas coisas, como colocação de postes, necessidade de instalação de luminárias completas, responsabilidade para baixa tensão, fiação solta de telefonia de internet se a RGE tem como fiscalizar o trabalho de empresas que utilizam os postes de sua responsabilidade e se sim se está fazendo essa fiscalização para a solução de problemas; Quais os procedimentos que a população deve tomar para instalara rede de baixa tensão em suas propriedades, quanto aos poços artesianos perfurados, considerando que não existe rede de baixa tensão por perto, normalmente leva cerca de 180 dias para fazer a ligação da rede, o vereador pede qual a justificativa para essa demora? Existem muitos postes de madeiras tortos e danificados no município, qual a justificativa para não serem substituídos? Considerando os postes das demais empresas (telefonia e internet) a responsabilidade de fiscalização é do Poder Executivo? Considerando a preocupação com o meio ambiente o vereador gostaria de saber se existe estudo para utilização de luminárias que utilizem energia solar para o funcionamento? Como o secretário avalia a terceirização do serviço de manutenção de lâmpadas e outros serviços de iluminação pública? O vereador diz que seriam estes seus questionamentos e novamente agradece a presença. **Secretário Grandemelo Rodrigues dos Santos**: Diz que o tema da iluminação pública é uma preocupação desde que assumiu a secretaria e há uma confusão sobre qual é a função do Executivo e da RGE. Tudo o que é falado sobre iluminação pública é baseado em resoluções normativas da Aneel que é o órgão responsável por isso. A iluminação pública então é o serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual. Logradouro é uma via pública destinada ao trânsito de pessoas ou veículos, a iluminação pública se destina a vias ou espaços públicos que várias pessoas utilizem, não sendo possível fazer iluminação pública em pátio particular porque a iluminação pública é paga por todos. A CIP foi criada através da Lei Municipal de 16/03/2002 que é o custeio da iluminação pública que está previsto na Constituição Federal, hoje é possível manter a iluminação pública e retorna alguma coisa pra prefeitura em termos de valores e custeia alguns serviços na cidade. A arrecadação vem dando resultado positivo, a maioria das cidades tem a CIP negativa mas em Carlos Barbosa ela está se mantendo positiva. Em 2016 houve uma arrecadação de R\$ 889.623,96 e um gasto de R\$ 860.224,50, ficando um saldo positivo para os cofres públicos de R\$29.399,46; Em 2017 o valor arrecadado foi de R\$ 1.264.218,86 e o valor gasto R\$ 1.257.799,29, ficando um saldo positivo para a prefeitura de R\$ 6.419,57. Esses valores servem para serviços a comunidade, a terceirização é paga com a CIP. Com o retorno da CIP foi possível comprar material elétrico, terceirizar a manutenção da iluminação pública em 2017, fazer uma troca de postes na entrada da cidade, tudo pago com retorno da CIP. Em 2014 havia 3.004 pontos de iluminação pública, na área rural 1.177 pontos. Em 2017 foram colocadas 04 luminárias completas novas, em 2018 esse número já está em 70 e há em torno de 40 solicitações na secretaria para luminárias novas sem rede baixa, onde não há rede baixa não tem como colocar luminárias, para colocar é necessário

10/2018

ORDINÁRIA

entrar em contato com a RGE, colocar poste, puxar fios para conseguir, isso gera um custo para o município, não é pago o projeto para a RGE mas depois é pago o serviço que gira em torno de R\$5.000,00, é um custo alto, as pessoas merecem ter a luminária na frente de sua casa, mas estão sendo buscadas alternativas que possibilitem isso. Há uma preocupação grande com a questão da iluminação pública, a intenção é colocação de luzes led, foi encaminhado um processo licitatório para a área da Santa Clara até a prefeitura mas o custo da lâmpada led é em torno de R\$ 1.200,00 cada uma, é um investimento bastante alto a se fazer. Uma alternativa que está sendo buscada para locais que não tem rede baixa é a luminária com iluminação fotovoltaica (solar), mas para se fazer esse investimento é preciso saber se no inverno daqui a lâmpada vai funcionar. **Rafael Dallabrida (RGE):** A Aneel define de quem são as responsabilidades, definir tarifas, também serve de mediadora entre as partes quando algo não está bom para ambas. Como falado pelo secretário Grandemelo a iluminação pública é para iluminar vias públicas, ou locais fechados como parada de ônibus ou parque mas de interesse coletivo, não pode ter uma propriedade particular, se for em área particular tem que estar ligada depois da medição. A responsabilidade por ampliação, manutenção voltada para iluminação pública é de responsabilidade do poder público municipal que pode mediante contrato transferir para outra parte e transfere para a RGE a parte de projeto de ampliação, de forma parceira a RGE faz o projeto e depois de pronto o projeto a RGE emite um contrato para a prefeitura com os valores da solicitação demandada e a partir do pagamento desses valores e aí a RGE executa a obra ou pode ser feita com uma empresa terceirizada fazendo contrato com essa empresa. Fala sobre o cadastro de iluminação pública da cidade que é atualizado mediante contagem feita periodicamente, sendo a última feita em 2014. Esse cadastro de iluminação pública são informações que servem para ser feita a cobrança do custo de iluminação pública mensal para o poder público, a iluminação pública é cobrada pela carga, pela potência das lâmpadas instaladas no município. A Constituição Federal permite que municípios instalem CIP para cobrança de iluminação pública para os munícipes ajudarem a auxiliar na conta de energia, o valor da cobrança é aprovado por lei municipal. **ESPAÇO PARA DEBATE: Vereador Enio Grolli:** Sobre as fiações soltas de telefonia e internet que está muito bagunçado se já foram atrás de uma solução? Pede também quando da necessidade de instalação de luminária completa onde existe somente a rede de alta tensão, de quem é a responsabilidade de instalação da baixa? Quanto aos poços artesianos quando não existe rede por perto o tempo para ligação é de 180 dias, pede porque tem locais que estão demorando mais? Pede também como o secretário Grandemelo avalia a terceirização do serviço de iluminação? **Rafael Dallabrida (RGE):** Referente a postes e rede de baixa tensão a responsabilidade para ampliação e manutenção é do poder público municipal, nos locais onde já existe a prefeitura pode usar esses postes e colocar o reator, braço, lâmpada e comunicar a RGE para atualização de cadastro. Os poços artesianos, prazos, responsabilidades é definido da na resolução da Aneel que diz que depois do pedido do consumidor a RGE tem 30 dias para elaboração do projeto e a execução varia depois para execução de obra. Sobre a fiação usada por empresas de internet e telefonia, o assunto é bastante incomodo, esse ano foi mudada a estrutura para questão de fiscalização. A fiscalização é feita mediante informação do consumidor que diz que os fios estão oferecendo riscos e comunica as empresas de telefonia e internet para que façam sua manutenção, arrumando seus fios. A prefeitura vai fazer o chamamento de todas as empresas para falar de novas exigências e da necessidade de adequação por parte dessas empresas. **Vereador Valmor da Rocha:** Quando tem postes e rede, apenas rede alta e precisaria puxar a baixa para iluminação pública de quem é o dever? Pede também se existe algum tipo de seguro caso algum poste venha a cair? Diz que há protocolos antigos onde se pede colocação de iluminação pede porque da demora? Também pede se a prefeitura que faz o projeto quando um poste está com um dano muito sério podendo causar acidente? **Secretário Grandemelo Rodrigues dos Santos:** Diz que foi optado por terceirizar

10/2018

ORDINÁRIA

a iluminação pública por isso da demora de colocar luminárias, pois há apenas 3 profissionais na prefeitura e o atendimento interno é prioridade. Foi possível avançar e será avançado mais na questão de terceirização e será vista viabilidade pois é necessário dinheiro para contratação de mais terceirização. Para colocar luminárias é necessário rede baixa, se não tem é necessário pedir a RGE que faça o projeto. Os postes caídos são comunicados a RGE, é a RGE que faz a avaliação. **Rafael Dallabrida (RGE):** Não há nenhum tipo de seguro que contemple, a questão do poste é feito inspeção e se tiver um poste ruim tem que ser comunicado a RGE para fazer uma avaliação e o técnico da RGE dá um prazo, se o risco de cair for grande a troca é feita de forma emergencial. Se der pra esperar é feito o projeto e entra no cronograma de obras da RGE para ser feita a troca. Todos postes encaminhados são avaliados, em Arcoverde e Coblens foram trocados mais de 20 postes, em 2018 vai melhorar bastante a questão de troca postes pois foi contratada uma nova empresa. A preocupação para troca é grande e se põem a disposição dos vereadores quando tem um poste para trocar que entrem em contato e a RGE fará averiguação. **Vereador Everson Kirch:** Acontece muitos casos de a RGE por conta própria ou a pedido da prefeitura fazer troca de postes e deixar o antigo do lado, pede a opinião sobre isso, porque deixar o poste antigo do lado se acaba atrapalhando um pouco. Há alguns tubos anexos aos postes que quando troca o poste velho ao invés de serem colocados no novo ficam a um metro de distância. Nos casos de troca de postes com defeito, a falta dessa troca, se o poste cair em um carro/casa/pessoa de quem é a responsabilidade do poste podre? **Rafael Dallabrida (RGE):** A questão de ter um poste do lado do outro, acontece porque a obra é preparada e é colocado só o novo poste para depois fazer a passagem de cabos, para diminuir o tempo de desligamento da energia elétrica, por isso toda a obra que é feita no mês anterior a obra é feito um estudo de como deixar o cliente sem energia elétrica pelo menor tempo possível, então a passagem de cabos é feita depois. Assim como com os cabos de telefonia, estes tubos são chamados de mufla e serve para instalações com ligações subterrâneas, ao invés de ser aérea é feita por baixo, a mufla é a interligação da rede da via pública com o medidor do consumidor. Caso caia um poste a responsabilidade é total da RGE, se ocorrer é responsabilidade da RGE. **Vereador Everson Kirch:** Existem pontos que a luz fica ligada durante o dia e nestes casos a RGE cobra um valor diferente ou é pago um valor dia e noite? Se acontecer um acidente e um veículo ou uma determinada pessoa causou dano a um poste a prefeitura cobra do dono do veículo para repor este poste? **Secretário Grandemelo Rodrigues dos Santos:** Não é feito pagamento a RGE mas não é bom que a lâmpada fique ligada o dia todo porque reduz a vida útil, é preciso prezar para que fique ligada a noite quando é previsto. Danos ao patrimônio identificados são cobrados e buscados ressarcimento ou sendo mandado para a justiça, estão sendo tomadas as medidas cabíveis por lei. A manutenção da rede alta ou muito próximo dos fios a RGE segue cronograma e faz. **Vereadora Lucilene Marchi:** Pede quando tem rede de energia e galhos por cima da rede como deve ser feita a poda, se tem que fazer protocolo na prefeitura ou RGE, qual seria o procedimento? Sobre plantações de eucalipto pede de quem é a responsabilidade de corte e manutenção? **Rafael Dallabrida (RGE):** O ideal é não plantar árvores de grande porte próximo a rede e se estiver em propriedade particular não tem como obrigar a cortar mas é certo que causará um dano e se cair sobre a rede dependendo horário e estrago que faz é uma quantidade de tempo que as pessoas atendidas pela rede ficarão sem energia, vai de conscientização das pessoas que árvores de grande porte próximo a rede causem falta de energia, dê problema. A questão da poda na área urbana tem um plano para tratar disso, primeiro é passado nos transformadores que estão dando mais problema, se não estiver encostando em árvores a responsabilidade da poda é da prefeitura em casos em que esteja encostando tem que ser comunicado o meio ambiente e estes comunicam a RGE e a RGE elimina o risco. **Vereador Ari O. Battisti:** Houve em Carlos Barbosa um vendaval o vereador não sabe a quantos anos e derrubou árvores no serrano e em dois locais derrubou dois postes de

10/2018

ORDINÁRIA

iluminação pública, na rua Padre Pedro Piccoli e na rua Ana Manfroï Rossi, havia um poste no meio da quadra que caiu e veio a RGE levou embora tudo e os moradores estão sem. O vereador pede se isso não teria que ter uma solução favorável aos moradores da rua. **Rafael Dallabrida (RGE):** Quando cai um poste teria que ser repostado, a partir de acordo teria que repor o poste e deixar luminária funcionando, a questão da iluminação é responsabilidade do poder público mas quando é feita a substituição de poste e lá tinha luminária funcionando a RGE deixa a luminária funcionando perfeitamente, a forma como estava é a forma como deve ficar depois de feita a manutenção. **Expediente: Ata nº 08/2018 – Sessão Ordinária do dia 19/03/2018. Aprovada por unanimidade.** **Informes da Presidência: Of. 437/2018/SMF – Envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do primeiro bimestre de 2018. Of. 438/2018/SMA – Resposta ao Pedido de Informações nº 01/2018. Of. SMF 453/2018 – Envio dos Demonstrativos Contábeis relativos ao Exercício de 2017 da Entidade “Município de Carlos Barbosa” Of. 460/2018/SMA – Encaminhamento de Projetos de Leis. Convite Poder Executivo Municipal – Abertura do Eu Projeto – Cidadão Consciente através da Educação Ambiental, ação integrante do Eu Projeto Educação, a ser realizada na quinta feira, 05 de abril, às 11 horas, no Auditório do Centro Municipal de Saúde. Indicação 49/2018 – Vereador Valmor da Rocha – Reparos gerais na rua Ernesto Carlotto, bairro Planalto. Indicação 50/2018 – Vereador Valmor da Rocha – Reparos em boca de lobo, bem como no asfalto localizado na rua Veranópolis, mais precisamente em frente a cancha de bochas e bar do Grigoletti. Indicação 51/2018 – Vereador Valmor da Rocha – Providências urgentes para substituição de poste comprometido na rua Antônio Adriano Guerra, nas proximidades do residencial Valência. Pequeno Expediente: Não há inscritos** **Uso da tribuna: Não há inscritos.** **Ordem do Dia: Projeto de Lei CM nº 11/2018 – Dispõe sobre o programa “Vereador por um dia” e revoga a lei que especifica. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 12/2018 – Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente, sob regime emergencial e de excepcional interesse público, Psicólogo. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 13/2018 – Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente, sob regime emergencial e de excepcional interesse público, Bibliotecário. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 14/2018 – Autoriza o Município de Carlos Barbosa a receber em doação um refrigerador da Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia – Certel Energia. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 16/2018 – Abre crédito especial no orçamento de 2018, Lei nº 3.475/2017 de 15 de dezembro de 2017. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 17/2018 – Abre crédito especial no orçamento de 2018, Lei nº 3.475/2017 de 15 de dezembro de 2017. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 18/2018 – Autoriza o poder Executivo de Carlos Barbosa a receber em doação câmeras de videomonitoramento. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 24/2018 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com organização da sociedade civil para possibilitar apresentação de projeto de alunos do município na GENIUS Olympiad - 2018. Baixa para as comissões de Justiça e Redação, Fiscalização e Controle Orçamentário e Educação e Cultura. Projeto de Lei nº 25/2018 – Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.682, de 10 de setembro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção alimentícia aos servidores municipais. Baixa para as comissões de Justiça e Redação e Fiscalização e Controle Orçamentário. Projeto de Lei nº 26/2018 – Autoriza o Poder Executivo a contratar, temporariamente, sob regime emergencial e de excepcional interesse público, Professor. Baixa para as comissões de Justiça e Redação, Fiscalização e Controle Orçamentário e Educação e Cultura. Projeto de Lei nº 27/2018 – Autoriza o Poder Executivo a contratar, temporariamente, sob regime emergencial e de excepcional interesse público, Monitor de Creche. Baixa para as comissões de Justiça e Redação, Fiscalização e Controle Orçamentário e Educação e Cultura. Projeto de Lei nº 28/2018 – Autoriza o Poder Executivo a contratar, temporariamente, sob regime emergencial e de excepcional**

10/2018

ORDINÁRIA

interesse público, Técnicos em Enfermagem. **Baixa para as comissões de Justiça e Redação, Fiscalização e Controle Orçamentário e Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. Projeto de Lei nº 29/2018** – Autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo da contratação temporária, sob regime emergencial e de excepcional interesse público, de Agentes de Campo. **Baixa para as comissões de Justiça e Redação, Fiscalização e Controle Orçamentário e Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. Projeto de Lei nº 30/2018** – Altera carga horária semanal de trabalho e padrão de vencimento da categoria funcional de Fisioterapeuta. **Baixa para as comissões de Justiça e Redação, Fiscalização e Controle Orçamentário e Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.**

Explicações Pessoais: Vereador Enio Grolli: Fala sobre o requerimento que fez sobre iluminação pública e questionamentos sobre trocas de postes que até 2019 serão todos substituídos os de madeira por concreto. Também fala da missa e encenação da paixão de Cristo em Arcoverde, que foi feito tudo com o pessoal da comunidade, parabeniza o pessoal da comunidade e os organizadores do evento. **Vereador Luciano Baroni:** Acompanhou atentamente no site da rádio a entrevista do Prefeito Zibetti sobre a realização pelo município da feira de compras, diz que é uma decisão absolutamente acertada, correta e eficaz, mais uma vez demonstrando que o prefeito tem coragem de enfrentar os problemas e resolver aqueles assuntos mais espinhosos, era evidente que a parceria entre ACI e prefeitura não era unânime, parceria é quando os dois caminham lado a lado, quando um quer se sobressair mais não há parceria, por isso considera corretíssima a decisão da prefeitura, pois a prefeitura tem pessoas capacitadas e a secretaria de desenvolvimento turístico que com certeza dará conta do recado e há voluntários prontos para ajudar como acontece no Festiqueijo, anos após anos a festa vem dando lucro e anda dentro do que tem que ser. Também diz que preocupa a situação da baderna que está ocorrendo em vias públicas, principalmente na frente de um bar que abriu recentemente no Triângulo, o bar está totalmente dentro das normas e neste bar se reúnem 300, 400 pessoas na frente se tornando insuportável para os moradores de lá, que pedem para os vereadores analisar profundamente a questão da proibição de consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas, por isso o vereador entrará em contato com Passo Fundo para ver qual é a dinâmica, como funciona, quem faz a fiscalização porque acredita que o debate terá que ser trazido para a Casa. Na Buarque de Macedo também tem um bar que está sofrendo com o mesmo problema. **Vereador Ari O. Battisti:** Diz que respeita o vereador Baroni, mas sua opinião é contrária entre a parceria entre ACI e Prefeitura pois quem perde é a sociedade, é Carlos Barbosa como um todo. O vereador lembra quando o Prefeito Xavier se manifestava com ênfase nas aberturas e fechamentos do Festiqueijo que sonhava que o Festiqueijo fosse encampado pela iniciativa privada e quando a ACI se propôs a fazer isso houve um recuo, agora encampar a feira pensa que não é da iniciativa pública fazer isso, cada um vai fazer valer seu mandato mas esta é a opinião do vereador. Outro ponto que fala é sobre a rua Coberta, que foi sua solicitação quando responsável pelo transporte escolar, que a principio seria para embarque e desembarque dos alunos, o projeto foi executado com mais abrangências e hoje abriga diversos eventos, fechar a rua coberta não é a vontade da maioria da população. **Vereadora Lucilene Marchi:** Parabeniza o painel da mulher e relembra que o dia dois de abril é o dia mundial da conscientização do autismo que afeta mais de 70 milhões de pessoas em todo o mundo. Parabeniza o Dayan e toda a equipe e diz que foi uma emoção muito grande a encenação da Paixão de Cristo. **Vereador Everson Kirch:** Primeiramente diz que vai ficar fora da Câmara de Vereadores por um mês a partir da próxima segunda-feira por interesses particulares e deixa outro vereador o representando para se dedicar ao trabalho, sendo muito importante ideias novas, essa alternância de pessoas. Ficou bastante feliz com a explanação do Grandemello e do Rafael Dalla Brida, que falaram que vão procurar buscar junto as empresas que usam os postes a organização da fiação de telefone, internet e outros porque está muito bagunçado, fio solto, fica um aspecto muito feio. **Vereador Fabio Dolzan:** Comenta sobre a colocação do prefeito sobre terceirizar/privatizar o

10/2018

ORDINÁRIA

Festiqueijo, não era ideia só do Prefeito Xavier, o Prefeito Zibetti também em sua pré-campanha teria dito isso a um veículo de comunicação da cidade, causou estranheza e surpresa a colocação dele na estada na Câmara porque independente das questões entre ACI e Prefeitura, a ACI representa as entidades comerciais e industriais e a prefeitura para representar o cidadão, não devendo a prefeitura se meter na questão privada e vice-versa. **Vereador Valmor da Rocha:** Diz que a população de Carlos Barbosa perde muito não tendo a ACI a frente do evento porque já foi mais do que provado de que a ACI e sua direção tem capacidade total para estar a frente deste evento e o evento devia sim ter a ACI a frente; As vezes o vereador fica até indignado por ouvir uma coisa e ver outra sendo feita, porque se ouvia que seria terceirizado e agora o evento vai ser levado em frente pelo Executivo. Fala também sobre o poste do bairro Triângulo que se for competência da secretaria do Grandemelo ele foi notificado várias vezes ou as indicações não estão chegando até ele, porque vários vereadores falaram sobre o poste. E sobre sua indicação de boca de lobo em frente a Cancha de bochas do Grigoletti, ela fica bem em frente ao estabelecimento e o mau cheiro fica na porta, se tornando bastante incômodo inclusive para os clientes. A Presidente Maria Rosalia Freitag Cousseu agradece a presença de todos e convida para a próxima sessão a ser realizada no dia 09 de abril de 2018, segunda-feira às 18h30 no Plenário Evaldo Loose, da Câmara de Vereadores.